



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

LOCAL	DATA	HORA		DURAÇÃO/ CUSTO R\$
		INÍCIO	FIM	
Sala de Reuniões da Presidência	13/03/2018	15:30	17:00	1h30min / 1.432,56

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Função	Setor	Assinatura
1	Expedito Ferreira de Souza	Desembargador	GABINETE DO DESEMBARGADOR EXPEDITO FERREIRA	
2	Francisca de Fátima do Nascimento Silva	Chefe de Seção de Avaliação da Estratégia e Gestão de Proc	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
3	Francisco Ribeiro de Faria	Chefe de Gabinete da Sec de Plan e Gestão Estratégica	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
4	Gersonilson Martins Pereira	Técnico Judiciário	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	
5	Jose Undario Andrade	Juiz de Direito	COMARCA DE NATAL - DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA DE NATAL	
6	Karine Symonir de Brito Pessoa	Secretario de Planejamento e Gestão Estratégica	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
7	Luiz Mariz de Araujo Filho	Secretário Geral	SECRETARIA GERAL	
8	Michellson Costa de Lima Cordeiro	Chefe de Divisão de Gestão Estratégica e Projetos	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
9	PRISCILA VALESSA PINHEIRO GOMES	Auxiliar Judiciário	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
10	Valentina Maria Helena de Lima Damasceno	Juiz de Direito	COMARCA DE CEARÁ MIRIM - VARA CRIMINAL	

OBJETIVO DA REUNIÃO

Realização da 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE) de 2018, com o intuito de apresentar e acompanhar os indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020.

PAUTA

1	Informações gerais.
2	Indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020.
3	Outros assuntos correlatos.

DISCUSSÃO

1	A Secretária de Gestão iniciou a reunião informando de que forma foi criada a Resolução 04/2015, que define os indicadores estratégicos e o seu significado para o Poder Judiciário. O mapa estratégico foi exposto, com o seu objetivo e a ligação com o Selo Justiça em Números.
2	Indicador 1 - Posição no Ranking do Índice de Produtividade Comparada da Justiça - Resultado: 10º lugar. Foi exposto que deverá ocorrer a redução das despesas e aumento no número de processos baixados para que o processo. Entretanto, em outubro de 2018, quando o resultado do Justiça em Números for divulgado, a posição do Tribunal de Justiça deverá ter crescimento positivo.
3	Indicador 2 - Índice de Atendimento à Demanda - Resultado de 107,5%, em que a baixa processual foi a responsável pelo resultado positivo, entretanto é necessário dar mais atenção às Turmas Recursais. Desembargador Expedito informou que haverão medidas específicas para as Turmas Recursais, permitindo que o quantitativo de processos baixados obtenha melhores resultados.
4	Indicador 3 - Taxa de Congestionamento Processual do Poder Judiciário - Resultado 72,5%. É preciso mobilizar de alguma forma para que seja aumentado número de baixados e melhorar a taxa de congestionamento. Para isso, o GPS-JUS fornecerá em breve relatórios de acompanhamento de processos por tempo.
5	Indicador 4 - Índice de Produtividade em Julgamentos - Resultado: 1.232 sentenças. A meta de sentenças proferidas por magistrado foi superada. Foi proposto que houvesse designação de um grupo de juízes que atuasse diretamente em unidades que tem maior quantitativo de processos conclusos para sentença e que, de alguma forma, possui dificuldades para realização da baixa.
6	Indicador 5 - Taxa de Congestionamento das Ações de Execução Fiscal - Resultado: 71,1%. Superou a meta, mas apesar do bom quantitativo, muitas varas de Execução Fiscal não estão com resultado favorável. Dr. Undário Andrade e o Desembargador Expedito Ferreira reforçaram que é preciso que os juízes cumpram as portarias de baixa processual na Execução Fiscal.
7	Indicador 6 - Taxa de Congestionamento na fase de Execução Fiscal - Resultado: 76,9%. O resultado foi muito próximo da meta, entretanto necessita das mesmas ações propostas no Indicador 5.
8	Indicador 7 - Somatória de Números de Ações de Otimização da Tramitação das Demandas Repetitivas Institucionalizadas com Sucesso - Resultado: 3 ações. Foram realizadas as 3 ações propostas na meta, mas a Secretária de Gestão reforçou que é preciso buscar superar a meta.
9	Indicador 9 - Índice de Sucesso de Projetos e Ações - Resultado: não foi mensurado. Dr. Undário Andrade expôs alguns exemplos de ações realizadas sobre o indicador. A Secretária de Gestão questionou aos demais que tipo de ações poderiam ser realizadas, e foram propostas Portarias que estabelecessem arquivamentos de execuções cíveis e fiscais.
10	Indicador 10 - Índice de Varas Criminais com Sistema de Audiência por Vídeo Conferência - Resultado: 13%. Quantitativo de vídeo conferência ainda é baixo, e como se trata de uma meta nacional, é preciso dar atenção à expansão de Unidades Judiciárias que tenham as videoconferências.
11	Indicador 11 - Taxa de Congestionamento das Ações de Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção - Resultado: 9%. A Secretária de Gestão mostrou que não foram definidas metas para esse indicador, conforme a Resolução 04/2015. Propôs estabelecer as metas baseadas nos quantitativos informados pela Secretaria de Gestão Estratégica, sendo 90% em 2017, reduzindo para 85% em 2018, e decrescendo 5% ao decorrer dos anos.
12	Indicador 12 - Índice de Agilidade no Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública - Resultado: 59,1%. Assim como o Indicador 11, refere-se à improbidade administrativa, entretanto abrange quantitativo maior de processos, pois não se restringe a data da distribuição até 2015. Propôs, inicialmente, julgar 50% dos processos distribuídos em qualquer data. Foi também exposto que o percentual de cumprimento da Meta 4/2017 foi de 59,1%, com 839 processos baixados em 2017.
13	Indicador 13 e 14 - Índice de Padronização Efetivamente Implantadas e Número de Padronizações - Resultado: 33,3% (Indicador 13) e 3 (Indicador 14). Apesar de muitas unidades publicarem padronizações, não é publicado nacionalmente. Existe a necessidade de criar um repositório de projetos padronizados, inclusive com manuais que já foram publicados internamente, mas que estão esquecidos na INTRANET.
14	Indicador 15 e 16 - Índice de Avanço na Conciliação Processual Realizada e Índice de Avanço na Conciliação Pré-Processual Realizada - Resultado: 3% (Indicador 15) e 1.989 acordos (Indicador 16). A Secretária de Gestão informou que Dr. Diego Cabral expôs que desde 2015 não há nenhuma informação sendo repassada junto ao CNJ sobre conciliações.
15	Indicador 17 - Índice de Sistemas Administrativos Estratégicos Integrados - Resultado: 33%. A secretaria de informática precisa ser notificada para mobilizar este indicador, que contribuirá para evitar a duplicidade de informações.
16	Indicador 18 - Índice de Processos Finalizados Dentro do Prazo Estabelecido nos POPs - Resultado: não foi mensurado. O Sistema Administrativo deveria estabelecer prazos e monitoramento. Hoje não há mecanismo de monitoramento e por isso o indicador não está sendo monitorado, com nenhum prazo extraído, uma vez que o PAV não possui os prazos para controle.
17	Indicador 19 - Índice de Implantação das Ações do Plano de Comunicação Interna - Resultado: não foi mensurado. Como ainda não há um Plano de Comunicação, o indicador foi apresentado sem quantitativo. A Secretária de Gestão informou que o Plano de Comunicação Interna será elaborado pelo Secretário de Comunicação, para que ao final do período se identifique quantas campanhas foram planejadas e quantas foram cumpridas.

18	Indicador 20 - Eficiência Operacional - Resultado: R\$ 2.307,29. O indicador teve o resultado alcançado consideravelmente.
19	Indicador 21 - Eficiência na Arrecadação de Receitas - Resultado: 24%. A meta foi superada. Foi exposta a dificuldade na obtenção de informações de forma oficial, via hermes, a partir de uma maior consciência sobre a importância dos dados para o Poder Judiciário.
20	Indicador 22 - Índice de Atendimento às Necessidades de Melhoria de Ambiente Apontadas nas Correições - Resultado: não foi mensurado. Ainda há dificuldade na obtenção dos dados.
21	Indicador 23 - Índice de Adesão à Resolução 201/2015 do CNJ e à Agenda Ambiental da Adm. Pública ? A3P - Resultado: 34%. Ainda há dificuldade na obtenção dos dados. Entretanto, não foi demonstrado preocupação sobre este indicador, pois foi visto que as ações estão sendo realizadas.
22	Indicador 24 - Índice de Cumprimento das Metas do PETIC - Resultado: 62,5%. Com o desempenho de dezembro de 2017, os próximos resultados terão melhorias consideráveis.
23	Indicador 25 - Índice de Capacitação nas Competências Específicas para Servidores - Resultado: 40%. O número de servidores que já foram treinados foi considerado satisfatório.
24	Indicador 26 - Índice de Capacitação nas Competências Específicas para Magistrados - Resultado: 154,3%. Medição realizada de forma incorreta, pois há maior quantitativo de Magistrados treinados, do que o quantitativo de magistrados total. Entretanto, supõe-se que a meta foi 100%.
25	Indicador 27 - Índice de Avaliação de Competências - Resultado: 100%. Apesar de o indicador ter sido cumprido, é preciso uma análise das ações da consultoria que foi realizada no TRJN.
26	Indicador 28 - Índice de Alcance de Metas - Resultado: não foi mensurado.
27	Indicador 29 - Índice de Execução do Orçamento Estratégico - Resultado: 44,47%. Necessidade de participação mais efetiva do Comitê na elaboração de PPA, entre outros. Entretanto, não está sendo cumprido.
28	Necessidade que cada indicador tenha um responsável por gerar os dados/informações e outro responsável pelo acompanhamento periódico dos resultados.
29	Necessidade de revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020.
30	Foi proposta a inserção de novos membros no Comitê de Gestão Estratégica, para participação das RAEs com possibilidade de voto.

DECISÕES E PROVIDÊNCIAS

Ref. Disc.	Descrição	Responsável	Prazo Final
11	Estabelecer meta para o Indicador 11: sugestão de que haja a meta descreça 5% ao decorrer dos anos, iniciando em 85% no ano de 2018.		Não definido
12	Estabelecer meta para o Indicador 12: iniciando com 50% de julgamento de processos de improbidade administrativa para o ano de 2018.		Não definido
28	Definição de responsáveis por cada Indicador, sendo um responsável pelo fornecimento dos dados/informações e outro pelo o monitoramento.		Não definido
29	Propor minuta da revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020, com a proposição de metas para os indicadores 11 e 12, além dos responsáveis pelo fornecimento e acompanhamento dos indicadores.	Karine Pessoa	Não definido
30	Inserir mais três assentos no Comitê de Gestão Estratégica e com possibilidade de voto, sendo estes: Servidor indicado pelo do Sindicato dos Servidores, Juiz representante dos Magistrados e representante do Núcleo de Governança.	Karine Pessoa	Não definido